



ASPECTOS DA FORMAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO CENTRO-SUL DO CEARÁ

Área Temática: Desenvolvimento Regional, Urbano, Rural e Sustentabilidade

Resumo: O presente trabalho analisa os aspectos da formação econômica dos municípios que compõem a Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará, delimitada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Parte-se da compreensão de que o desenvolvimento regional ocorre de forma desigual no território, sendo influenciado por fatores históricos, geográficos, produtivos e institucionais. Nesse contexto, torna-se fundamental investigar como se estruturaram as bases econômicas locais e de que maneira elas se refletem nos indicadores demográficos, sociais e econômicos atuais da região. Nesse contexto, o objetivo geral consiste em compreender os fatores determinantes da formação histórico-econômica dos municípios da Região de Planejamento Centro-Sul cearense e suas implicações para o desenvolvimento regional. Para isso, adotou-se uma metodologia de natureza básica, com abordagem qualitativa, caráter exploratório e descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental. Foram utilizados dados secundários provenientes de bases oficiais, especialmente IBGE, IPECE, INEP, MDIC, SESA e RAIS/MTE, além de artigos científicos, livros e documentos institucionais. Os principais resultados evidenciam forte heterogeneidade intra-regional, com concentração populacional e econômica em poucos municípios, especialmente Iguatu e Icó, que exercem função de centralidade regional. Observa-se predominância do setor de serviços no emprego formal, baixa representatividade da agropecuária nas estatísticas formais e desigualdades nos indicadores de saúde e educação, sobretudo no ensino médio e na mortalidade infantil. Conclui-se assim, que o desenvolvimento regional no Centro-Sul cearense apresenta concentração espacial e setorial, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à diversificação produtiva, redução das desigualdades e fortalecimento das potencialidades locais.

Palavras-chave: Centralidade Regional; Dinâmica Setorial; Indicadores Sociais; Análise Territorial.

1 INTRODUÇÃO

Compreender o funcionamento econômico de um território exige incorporar a dimensão espacial às análises sociais e econômicas. Conforme Pires *et al.* (2018), a atividade humana, especialmente a econômica, está vinculada a pontos específicos do espaço, tornando relevantes os conceitos de espaço, região e desenvolvimento regional. Nesse sentido, o espaço envolve dimensões físicas, sociais, econômicas, culturais e institucionais (IPECE, 2006; 2015). A região, por sua vez, constitui um recorte espacial marcado por características compartilhadas, enquanto a regionalização representa importante instrumento de planejamento e gestão pública. Essa perspectiva é particularmente relevante em contextos de desigualdade territorial, uma vez que o desenvolvimento ocorre de forma desigual e tende a favorecer áreas mais dinâmicas (Duarte, 2013).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo compreender os determinantes da formação econômica dos municípios da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará e suas implicações para o desenvolvimento regional. A região é composta por Acopiara, Baixio,



Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari, municípios que compartilham características do semiárido, mas apresentam diferentes trajetórias econômicas, dinâmicas de crescimento e níveis de polarização urbana (IPECE, 2015). Para alcançar esse propósito, estabelecem-se como objetivos específicos: i) discutir os conceitos de desenvolvimento regional e local, região e região de planejamento; ii) investigar a trajetória histórico-política da formação econômica dos municípios; e, iii) analisar indicadores recentes de natureza geoambiental, demográfica, social e econômica, buscando compreender suas dinâmicas territoriais e socioeconômicas.

A partir desses objetivos, formula-se o seguinte problema de pesquisa: quais atividades econômicas marcaram a formação dos municípios da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará e de que forma esse processo histórico influenciou os indicadores socioeconômicos recentes? A relevância do estudo está na possibilidade de contribuir para a compreensão da economia regional do Centro-Sul cearense e subsidiar discussões acadêmicas e políticas públicas voltadas à redução das disparidades territoriais e à promoção de um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

O trabalho está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A próxima apresenta o Referencial Teórico, contemplando o debate sobre desenvolvimento regional, local e região de planejamento e a formação histórico-econômico local. Em seguida, apresenta-se a metodologia. Posteriormente, são discutidos os resultados, organizados em indicadores sociais e dinâmicas de emprego e renda. Por fim, as conclusões sistematizam os principais achados do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento regional, local e Região de Planejamento

O debate sobre o desenvolvimento regional e local ganhou centralidade nas políticas públicas brasileiras a partir da segunda metade do século XX, especialmente diante dos esforços para reduzir as desigualdades socioeconômicas territoriais (Costa, 2010). Nesse contexto, o conceito de região passou a assumir importância tanto na ciência geográfica, para compreender a organização e as dinâmicas espaciais, quanto no planejamento público, como instrumento de delimitação territorial e orientação de investimentos e ações governamentais. Para este estudo, essa perspectiva é fundamental à compreensão da formação econômica dos municípios da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará e de sua articulação com as estratégias de desenvolvimento regional promovidas pelo Estado.

Nesse aspecto, o desenvolvimento regional constitui um campo marcado por diferentes abordagens. Na perspectiva clássica, fundamentada nos estudos de Perroux, Myrdal e Hirschman, o crescimento decorre predominantemente de fatores exógenos, como investimentos estatais e instalação de grandes indústrias, capazes de formar polos de crescimento, mas também de ampliar desigualdades socioespaciais (Cavalcante, 2008). Em contraposição, Aydalot (1986 *apud* Amaral Filho, 2001) propõe a abordagem do desenvolvimento endógeno, que enfatiza as potencialidades internas dos territórios e suas especificidades históricas, culturais, ambientais e produtivas. Assim, o desenvolvimento constitui um processo de transformação econômica, social e territorial orientado à redução das disparidades regionais.

No Brasil, essas concepções contribuíram para a criação de instituições como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), voltadas ao planejamento e à integração territorial. Entretanto, sua capacidade de atuação foi posteriormente reduzida em razão da escassez de recursos, da limitada autonomia e da fragilidade da articulação federativa (Lourenço, 2022).



Nesse debate, Aydalot (1986 *apud* Amaral Filho, 2001) destaca o “meio inovador” e a capacidade local de geração de conhecimento, enquanto Lima (2021) enfatiza a valorização dos recursos e das especificidades territoriais, relacionando o desenvolvimento regional sustentável à preservação ambiental e à qualidade de vida.

Em escala local, o desenvolvimento concentra-se na mobilização das competências e recursos próprios de cada território. Cabugueira (2000) destaca o protagonismo dos agentes locais, a inovação, a cooperação e a valorização das especificidades culturais e econômicas. Sant’Anna, Queiroz Neto e Marchi (2020) compreendem esse processo como eminentemente endógeno, baseado na ativação dos ativos humanos, sociais e produtivos, ultrapassando o crescimento econômico ao incorporar qualidade de vida, identidades coletivas e sustentabilidade. Entre seus elementos fundamentais estão a mobilização social, o fortalecimento das vocações econômicas locais, como agricultura familiar, turismo e artesanato, o capital social e as inovações capazes de dinamizar os mercados locais (Pereira, 2013). Assim, embora se diferenciem quanto à escala e aos mecanismos de atuação, desenvolvimento regional e local convergem para o fortalecimento dos territórios e a melhoria das condições de vida.

A compreensão desses processos relaciona-se ao próprio conceito de região, entendida como uma construção dinâmica e histórica resultante da interação de fatores internos e externos e condicionada pelos contextos político, econômico e cultural (Matos; Gonçalves, 2019). Dessa forma, a região ultrapassa a simples delimitação espacial e pode assumir diferentes configurações, como natural, econômica, cultural e administrativa (Claval, 1974 *apud* Corrêa, 1986). Como unidade analítica e operacional de planejamento, possibilita identificar desigualdades, realizar diagnósticos e orientar políticas públicas de acordo com as especificidades territoriais.

No Ceará, o IPECE utiliza o conceito de região de planejamento como instrumento de ordenamento territorial, considerando aspectos geográficos, econômicos, sociais e culturais para orientar a distribuição de recursos e investimentos públicos (IPECE, 2023). Esse modelo foi institucionalizado pela Lei Complementar nº 154, de 2015, que estabeleceu 14 Regiões de Planejamento no Estado, delimitadas a partir de características geoambientais, indicadores socioeconômicos, infraestrutura, aspectos socioculturais e redes de fluxos (Ceará, 2015). Entre elas, a Região de Planejamento Centro-Sul, objeto deste estudo, é formada pelos municípios de Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari. Esse recorte permite relacionar os processos históricos de formação econômica às características territoriais e socioeconômicas atuais, constituindo a base para a análise das especificidades e desigualdades existentes entre os municípios.

2.2 Trajetória histórico-econômica e institucional dos municípios

2.2.1 Os polos de centralidade histórica e comercial: Iguatu e Icó

A estruturação urbana e econômica da Região Centro-Sul tem suas bases ancoradas nos municípios de Iguatu e Icó, que historicamente exerceram papéis de centralidade e polarização territorial (IPECE, 2021). Icó, um dos núcleos mais antigos do estado, prosperou entre os séculos XVIII e XIX como um dos maiores mercados de gado e charque do interior nordestino, articulando rotas de boiadas entre o Ceará, Pernambuco e Bahia (IBGE, 1959). Conhecido pela alcunha de “Terra do Louro” — cuja historiografia divide-se entre o abate administrativo de aves pragas e a lenda de um psitacídeo resgatado no Rio Salgado —, o município consolidou-se como subpolo regional, sustentado pelo Rio Salgado para a agricultura de vazante (Prefeitura Municipal de Icó, 2024; IPECE, 2021; IPECE, 2023).

Por sua vez, Iguatu originou-se do aldeamento dos indígenas Quixelôs, evoluindo do antigo povoado de Telha até tornar-se cidade em 1874 (Lima, 2011; Souza; Lima, 2019). O



grande divisor de sua economia ocorreu em 1910 com a chegada da Estrada de Ferro de Baturité, transformando o município no principal entreposto comercial de algodão do Alto Jaguaribe (IBGE, 2024). Essa opulência histórica refletiu-se no patrimônio cultural, como a Igreja Matriz de Senhora Santana (Iguatu, [s. d.]). Na contemporaneidade, Iguatu superou a crise da cotonicultura através da diversificação industrial — impulsionada pela Dakota Calçados — e consolidou-se como Centro Sub-regional A, estendendo sua influência educacional e administrativa por meio de campi da URCA, UECE e CENTEC (Souza; Lima, 2019; IPECE, 2023).

2.2.2 Os municípios de impulso ferroviário e do "ouro branco": Acopiara, Baixio e Cedro

Um segundo grupo de municípios teve sua formação econômica fortemente condicionada pela expansão ferroviária e pelo ciclo do algodão. Acopiara, originada das sesmarias de Antônio Vieira Pita, teve seu crescimento impulsionado pela chegada da Ferrovia Fortaleza-Crato em 1919, emancipando-se politicamente em 1921 (IBGE, 1959; Ceará, 1921; Decreto nº 448, 1938). Cedro, cuja ocupação remonta ao final do século XVII, consolidou-se com a Estrada de Ferro de Baturité, tornando-se importante centro de beneficiamento durante a expansão algodoeira (Câmara Municipal de Cedro, 2014; UVA, 2003).

Baixio, por sua vez, desenvolveu-se a partir da atividade pecuária e foi posteriormente favorecido pela expansão ferroviária, com a conexão do Ceará à Paraíba pela Rede de Viação Cearense (IBGE, 1959; Prefeitura Municipal de Baixio, 2024). Os três municípios compartilharam o dinamismo da cotonicultura e os impactos de sua decadência, intensificada pela praga do bicudo na década de 1970 (IBGE, 2023; IPECE, 2023). Atualmente, apresentam economias mais diversificadas entre agricultura familiar, pecuária e serviços, embora permaneçam condicionados pelas limitações hídricas do semiárido e pela necessidade de maior dinamização produtiva e logística (Câmara Municipal de Cedro, 2014; IPECE, 2021; 2023).

2.2.3 Antigos núcleos de ocupação e economias de sequeiro: Jucás, Saboeiro e Catarina

Caracterizados por uma forte dependência histórica do setor primário e por raízes coloniais profundas ligadas à *hinterland* cearense, Jucás, Saboeiro e Catarina apresentam trajetórias moldadas pela pecuária extensiva. Jucás originou-se do antigo aldeamento dos indígenas Jucás, promovido por missionários e colonizadores no século XVIII, desenvolvendo-se economicamente a partir da criação de gado e da agricultura tradicional ao longo dos vales fluviais (IBGE, 1959). Saboeiro, por sua vez, constitui um dos núcleos de povoamento mais remotos do interior, umbilicalmente ligado à ocupação colonial dos Sertões dos Inhamuns e do Centro-Sul por criadores de gado baianos e pernambucanos que consolidaram o binômio gado-couro como base financeira local (Cunha, 2020). Em paralelo, Catarina estruturou-se na antiga Serra da Catarina (ex-território de Arneiroz), com o topônimo associado historicamente a Catarina de Albuquerque ou a Catarina Cardoso da Rocha Resende, da influente família Feitosa, tendo sua nucleação urbana consolidada em 1913 com a capela de São José (IBGE, 1959; Prefeitura Municipal de Catarina, 2024).

Essas economias apoiam-se tradicionalmente na pecuária bovina e no binômio milho-feijão, operando sob os severos condicionantes do clima semiárido e da Caatinga (IPECE, 2021; IPECE, 2023). Contudo, enquanto Jucás e Saboeiro enfrentam historicamente desafios severos de oscilação hídrica em suas pastagens tradicionais, Catarina exibe uma persistente vulnerabilidade associada à agricultura de sequeiro, o que gerou, na contemporaneidade, uma forte expansão do setor de serviços altamente indexado ao funcionalismo público e às transferências governamentais de renda (IPECE, 2021; IPECE, 2023).



2.2.4 Fronteiras agrícolas e a dinâmica das águas: Orós, Cariús e Quixelô

Um quarto bloco congrega os municípios cujas trajetórias econômicas e políticas recentes foram transformadas por grandes intervenções hidráulicas e pela proximidade com os mercados consolidados da região. Orós, desmembrado politicamente de Icó na segunda metade do século XX, teve sua dinâmica socioeconômica radicalmente alterada pela construção do Açude Orós pelo DNOCS, inaugurado em 1960. O empreendimento atraiu contingentes demográficos e viabilizou eixos de piscicultura e agricultura irrigada que hoje sustentam sua pauta produtiva (IBGE, 1959). De maneira correlata, Cariús originou-se do povoado de Poço dos Paus, em terras das etnias Juca, Quixará e Quixelô, tendo seu nome derivado do tupi "rio do cari" (IBGE, 1959; Prefeitura Municipal de Cariús, 2024). O desenvolvimento de Cariús intensificou-se nos anos 1920 com as obras ferroviárias e a construção do Açude Público de Cariús no governo Epitácio Pessoa, obtendo sua emancipação em 1951 (Ceará, 1951).

Já Quixelô apresenta uma emancipação política recente, desmembrando-se de Iguatu no final do século XX. Historicamente, o território funcionou como uma franja de abastecimento agrícola para a cidade-polo, produzindo grãos em áreas de vazante e perímetros irrigados (Souza; Lima, 2019). Na atualidade, embora partilhem das vulnerabilidades climáticas da Caatinga, esses municípios diferenciam-se pelo uso estratégico de seus recursos hídricos: Orós destaca-se na piscicultura e turismo de veraneio; Cariús utiliza seu leito fluvial e solos férteis para a manutenção da agropecuária; e Quixelô sustenta uma dinâmica baseada na agricultura familiar, embora sofra um forte processo de movimento pendular de sua população em direção a Iguatu (IPECE, 2021; IPECE, 2023).

2.2.5 Zonas de fronteira interestadual e suporte local: Ipaumirim e Umari

Por fim, municípios localizados nos extremos orientais da região de planejamento compartilham dinâmicas de transição e forte vinculação com mercados vizinhos. A formação de Ipaumirim deu-se em territórios originalmente habitados pelos indígenas Cariry (IBGE, 1959). Sua posição geográfica como passagem natural entre as Chapadas do Apodi e do Araripe transformou o território, desde o século XVII, em rota de penetração para missões jesuíticas, expedições militares e comboios comerciais (IPECE, 2021). Antigo distrito de Alagoinha, o município estruturou suas bases na lavoura tradicional e no comércio interestadual, favorecido pela proximidade com o estado da Paraíba e o entroncamento da BR-116.

De forma análoga, Umari estruturou-se a partir do desbravamento de fazendas de gado por colonos no século XIX, conquistando sua autonomia política em meados do século XX. Sua trajetória econômica manteve-se historicamente restrita à pequena pecuária e à agricultura tradicional de subsistência de sequeiro (IBGE, 1959). Na contemporaneidade, tanto Ipaumirim quanto Umari apresentam estruturas produtivas de pequena escala, caracterizadas por baixa atividade industrial, forte dependência do setor terciário administrativo e alta vulnerabilidade socioeconômica face aos períodos de estiagem prolongada do semiárido (IPECE, 2021; IPECE, 2023).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico e documental, com utilização exclusiva de dados secundários, visando compreender os determinantes da formação histórico-econômica e regional dos treze municípios da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará (integra treze municípios, conforme já citado anteriormente).



Quanto à natureza, caracteriza-se como pesquisa básica, por contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a dinâmica regional e fornecer subsídios à comunidade acadêmica, à sociedade e aos gestores públicos. Adota abordagem qualitativa, com objetivos exploratório-descritivos, buscando sistematizar e analisar as características territoriais e socioeconômicas da região, sem intervenção direta do pesquisador (Gil, 2017).

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio do Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES, livros e artigos científicos relacionados ao tema. A pesquisa documental utilizou dados e indicadores de instituições oficiais, especialmente IBGE, IPECE, INEP, MDIC, SESA e RAIS/MTE, além de informações disponibilizadas pelas administrações municipais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Aspectos demográficos

A densidade demográfica constitui um indicador fundamental para a compreensão da organização espacial da população, pois expressa o grau de concentração populacional em relação à área territorial. Na Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará, esse indicador revela uma ocupação predominantemente dispersa. Segundo o IBGE, característica comum às regiões interioranas do Estado, marcadas pela forte presença de áreas rurais e por níveis de urbanização inferiores aos observados em regiões metropolitanas.

A Tabela 1 apresenta a área territorial, a população residente recenseada e a densidade demográfica da Região Centro-Sul e de seus municípios, com base nos dados do Censo Demográfico de 2022.

Tabela 1 – Área, população residente recenseada e densidade demográfica

Região de Planejamento	Área (Km ²)	População	Densidade demográfica (hab./km ²)
Centro Sul	11.556,62	353.289	30,57
Acopiara	2.254,279	44.962	19,95
Baixio	145,556	5.704	39,16
Cariús	1.036,417	17.015	16,42
Catarina	488,153	10.243	20,98
Cedro	729,970	22.344	30,61
Icó	1.865,860	62.642	33,57
Iguatu	977,311	98.064	98,83
Ipaumirim	276,508	12.083	43,70
Jucás	940,336	23.922	25,44
Orós	577,526	19.675	34,07
Quixelô	620,242	15.910	26,28
Saboeiro	1.381,274	13.854	10,03
Umari	263,185	6.871	26,11

Fonte: IBGE, 2022. Elaboração própria.

A Região Centro-Sul apresenta densidade demográfica média de 30,57 hab./km², inferior à média estadual, evidenciando baixa concentração populacional e significativa heterogeneidade territorial. Iguatu possui a maior densidade (98,83 hab./km²), seguido por Ipaumirim (43,70) e Baixio (39,16), resultado associado, sobretudo no caso de Iguatu, à sua função de polo regional e à concentração de atividades comerciais e de serviços. Nos demais casos, áreas territoriais reduzidas contribuem para densidades relativamente elevadas.

Em contraste, Saboeiro (10,03 hab./km²), Cariús (16,42) e Acopiara (19,95) apresentam as menores densidades, combinando extensos territórios, menor contingente populacional e



maior predominância de atividades agropecuárias. A menor oferta de serviços especializados, infraestrutura urbana e capacidade de atração de investimentos também pode contribuir para a ocupação mais rarefeita.

De modo geral, os resultados evidenciam forte heterogeneidade na distribuição populacional da Região Centro-Sul, com concentração em poucos municípios e dispersão nos demais, reforçando a necessidade de políticas de planejamento regional diferenciadas e ajustadas às especificidades territoriais e socioeconômicas locais.

4.2 Aspectos sociais

4.2.1 Educação

Os indicadores educacionais, como a taxa de escolarização e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), são fundamentais para avaliar o acesso e a qualidade do ensino, bem como as condições de formação do capital humano em uma região. Esses indicadores evidenciam avanços significativos no acesso à educação básica, especialmente na faixa etária de 6 a 14 anos, ao mesmo tempo em que revelam desafios persistentes relacionados ao desempenho educacional nos anos finais do ensino fundamental e, sobretudo, no ensino médio da rede pública.

A Tabela 2 apresenta a taxa de escolarização da população de 6 a 14 anos de idade, referente ao ano de 2022, e os valores do IDEB dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio público, relativos a 2023, para a Região de Planejamento Centro-Sul e seus municípios.

Tabela 2 – Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade e IDEB: anos finais do ensino fundamental e ensino médio públicos

Região de Planejamento	Taxa de escolarização: 6 a 14 anos (2022)	IDEB – anos finais do ensino fundamental: rede pública (2023)	IDEB – ensino médio: rede pública (2023)
Centro Sul	98,57	5,2	4,5
Acopiara	99,45	5,0	5,0
Baixio	98,68	4,5	4,0
Cariús	99,76	5,5	5,5
Catarina	99,52	5,1	4,2
Cedro	100	5,7	4,6
Icó	97,56	4,2	4,5
Iguatu	99,44	4,8	4,8
Ipaumirim	92,96	5,1	4,3
Jucás	97,74	5,8	4,7
Orós	99,77	5,2	4,0
Quixelô	99,79	5,9	4,4
Saboeiro	99,45	5,2	4,0
Umari	97,24	5,7	4,3

Fonte: IBGE, 2022; INEP, 2023. Elaboração própria.

Os resultados educacionais indicam que a Região Centro-Sul apresenta elevada taxa de escolarização (98,57%), próxima da universalização do ensino fundamental. Cedro (100%), Quixelô (99,79%) e Orós (99,77%) destacam-se nesse indicador, refletindo a ampla cobertura da educação básica e a atuação das políticas de acesso e permanência escolar.

Quanto ao IDEB dos anos finais do ensino fundamental, Quixelô (5,9), Jucás (5,8), Cedro e Umari (5,7) superam a média regional (5,2), enquanto Icó (4,2), Baixio (4,5) e Iguatu (4,8) apresentam os menores resultados. Essas diferenças podem estar relacionadas à

organização das redes de ensino, ao acompanhamento pedagógico e aos investimentos na formação docente.

No ensino médio, a média regional é inferior (4,5), com melhores resultados em Cariús (5,5), Acopiara (5,0) e Iguatu (4,8), e menores índices em Baixo, Orós e Saboeiro (4,0). A diferença em relação ao ensino fundamental pode refletir desafios como evasão, inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho e dificuldades de permanência nessa etapa, conforme análises do INEP e do IPECE.

Em síntese, embora a região apresente avanços significativos no acesso à educação básica, persistem desigualdades de desempenho, sobretudo no ensino médio, evidenciando a necessidade de políticas voltadas à melhoria da aprendizagem, à redução da evasão e ao fortalecimento das redes públicas municipais.

4.2.2 Saúde

Os indicadores de saúde, como a disponibilidade de médicos e unidades de saúde por mil habitantes e a taxa de mortalidade infantil, são amplamente utilizados para avaliar as condições de acesso aos serviços de saúde e a efetividade das políticas públicas voltadas à atenção básica. Esses indicadores permitem identificar desigualdades intra-regionais relacionadas à oferta de serviços e aos desfechos em saúde, especialmente no que se refere à mortalidade infantil, considerada um dos principais indicadores de desenvolvimento social.

A Tabela 3 apresenta a razão de médicos e unidades de saúde por mil habitantes, bem como a taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade (por mil nascidos vivos), para a Região Centro-Sul e seus municípios, com base em dados da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA) e do IPECEDATA, referentes a 2024.

Tabela 3 – Médicos e unidades de saúde por mil habitantes e taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)

Região de Planejamento	Médicos (por mil hab.)	Unidades de saúde (por mil hab.)	Taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano de idade
Centro Sul	1,87	0,92	10,5
Acopiara	1,30	0,74	19,2
Baixo	1,71	1,03	0,0
Cariús	1,33	1,27	0,0
Catarina	2,09	2,09	0,0
Cedro	2,16	1,15	4,5
Icó	1,94	0,76	11,8
Iguatu	2,15	0,68	10,8
Ipaumirim	1,13	0,72	0,0
Jucás	3,33	0,94	14,8
Orós	1,40	1,25	23,3
Quixelô	1,71	1,24	6,6
Saboeiro	0,93	1,35	6,6
Umari	0,86	1,29	0,0

Fonte: SESA; IPECEDATA, 2024. Elaboração própria.

Os resultados mostram que a Região Centro-Sul apresenta, em média, 1,87 médicos e 0,92 unidades de saúde por mil habitantes, evidenciando uma cobertura moderada da rede de atenção. Jucás (3,33), Cedro (2,16) e Iguatu (2,15) apresentam as maiores concentrações de médicos, possivelmente associadas à maior centralidade urbana e à presença de serviços de maior complexidade. Quanto às unidades de saúde, destacam-se Catarina (2,09), Saboeiro (1,35) e Umari (1,29), enquanto Iguatu (0,68), Acopiara (0,74) e Ipaumirim (0,72) apresentam os menores valores.



A mortalidade infantil evidencia maior heterogeneidade entre os municípios. Baixo, Caríus, Catarina, Ipaumirim e Umari registraram taxa igual a zero, resultado que deve ser interpretado com cautela em municípios com menor número de nascimentos. Em contrapartida, Orós (23,3 por mil), Acopiara (19,2) e Jucás (14,8) apresentaram as maiores taxas, superiores à média regional de 10,5 por mil. Esses resultados podem estar relacionados a diferenças nas condições socioeconômicas, no acesso aos serviços especializados e na assistência materno-infantil.

De modo geral, os indicadores revelam desigualdades na oferta e nos resultados de saúde entre os municípios, apesar da presença de uma rede básica regionalizada. Esse cenário reforça a importância do fortalecimento da atenção primária, da regionalização dos serviços e de políticas públicas que considerem as especificidades territoriais e sociais da Região Centro-Sul.

4.2.3. Emprego e renda

A estrutura do emprego formal constitui um indicador central para compreender o padrão de desenvolvimento econômico regional, pois evidencia o grau de diversificação produtiva, a especialização setorial e a centralidade urbana dos municípios. Na Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará, observa-se predominância do setor de serviços, característica típica de economias interioranas com concentração de atividades administrativas, educacionais, comerciais e públicas.

Nesta perspectiva, a Tabela 4 apresenta o quantitativo de empregos formais por setor produtivo no ano de 2024, com base nos dados da RAIS/MTE, permitindo identificar diferenças estruturais entre os municípios da região.

Tabela 4 – Quantitativo de empregos formais: por setores produtivos, no ano de 2024

Região de Planejamento	Agropecuária	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Total	FR (%)
Centro Sul	403	4.781	1.142	8.073	19.219	33.618	100
Acopiara	83	205	32	804	1.780	2.904	8,6
Baixo	1	0	6	3	418	428	1,3
Cariús	46	22	15	137	740	960	2,9
Catarina	0	13	0	60	420	493	1,5
Cedro	2	27	68	284	1.159	1.540	4,6
Icó	9	359	308	989	2.462	4.127	12,3
Iguatu	251	3.378	380	4.863	7.260	16.132	48
Ipaumirim	1	82	288	153	938	1.462	4,3
Jucás	0	532	20	356	580	1.488	4,4
Orós	5	15	6	177	721	924	2,7
Quixelô	3	46	11	192	648	900	2,7
Saboeiro	0	101	4	36	1.669	1.810	5,4
Umari	2	1	4	19	424	450	1,3

Fonte: RAIS/MTE, 2025. Elaboração própria.

Os resultados mostram que a Região Centro-Sul possui 33.618 empregos formais, concentrados principalmente nos setores de serviços (19.219), comércio (8.073) e indústria (4.781), evidenciando a predominância do setor terciário na estrutura ocupacional regional. Entre os municípios, Iguatu destaca-se como principal polo urbano e econômico, concentrando 16.132 empregos formais, equivalentes a 48% do total regional. Sua estrutura ocupacional é diversificada, com destaque para serviços (7.260), comércio (4.863) e indústria (3.378), reforçando sua função de centralidade regional. Na sequência, Icó apresenta 4.127 empregos (12,3%), com predominância dos serviços, comércio e indústria, enquanto Acopiara registra 2.904 postos (8,6%), concentrados principalmente nos serviços e comércio.

Em contraste, Baixo, Umari e Catarina apresentam os menores volumes de emprego formal, com forte concentração nos serviços e reduzida participação industrial e comercial. Esse padrão revela menor diversificação produtiva e maior dependência de atividades locais e do setor público. A agropecuária possui baixa participação no emprego formal regional, com apenas 403 postos, mesmo em municípios de características rurais. Essa situação sugere que parcela significativa das atividades agrícolas ocorre por meio de formas informais ou da agricultura familiar, não sendo plenamente captada pelas estatísticas de emprego formal.

De modo geral, os dados evidenciam forte concentração espacial e setorial do emprego formal, distinguindo municípios com maior centralidade e diversificação, especialmente Iguatu e Icó, daqueles com estruturas produtivas mais restritas. Esse cenário reforça a existência de desigualdades intra-regionais e a necessidade de políticas voltadas à diversificação econômica, ao fortalecimento das atividades locais e à ampliação da formalização do trabalho nos municípios de menor dinamismo.

4.3 Aspectos econômicos

O Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita constituem indicadores centrais para a análise do desempenho econômico regional, pois permitem avaliar tanto a capacidade produtiva total quanto o nível médio de geração de riqueza por habitante. Esses indicadores evidenciam forte concentração econômica em poucos municípios, refletindo desigualdades estruturais no desenvolvimento intra-regional.

Não obstante, a Tabela 5 apresenta o PIB a preços correntes (em mil reais), o PIB per capita e a participação percentual de cada município no total regional.

Tabela 5 – PIB a preços correntes e PIB per capita

Região de Planejamento	PIB a preços correntes (x1000) R\$	PIB per capita R\$	Participação PIB região/PIB total (%)
Centro Sul	4.909.081,23	12.544,89	100
Acopiara	564.519,85	10.322,74	11,50
Baixo	67.540,64	10.690,19	1,38
Cariús	180.984,36	9.678,31	3,69
Catarina	154.108,26	7.724,19	3,14
Cedro	247.324,61	9.656,59	5,04
Icó	737.488,91	10.797,31	15,02
Iguatu	1.904.814,79	18.380,39	38,80
Ipaumirim	143.450,64	11.469,63	2,92
Jucás	319.373,49	12.801,05	6,51
Orós	218.899,30	10.256,74	4,46
Quixelô	198.819,98	12.336,81	4,05
Saboeiro	169.856,39	10.779,74	3,46
Umari	69.440,65	8.971,66	1,41

Fonte: Produto Interno Bruto dos municípios/IBGE; IPECEDATA, 2021. Elaboração própria.

Os resultados indicam que a Região Centro-Sul apresentou PIB total de aproximadamente R\$ 4,9 bilhões e PIB per capita médio de R\$ 12.544,89. Observa-se forte concentração da produção em Iguatu, responsável por 38,80% do PIB regional, com aproximadamente R\$ 1,9 bilhão e o maior PIB per capita da região (R\$ 18.380,39). Esse desempenho reforça sua posição como principal polo econômico regional, associada à maior diversificação produtiva e à centralidade nos setores de comércio, serviços e indústria.

Na sequência, destacam-se Icó, com 15,02% do PIB regional, e Acopiara, com 11,50%. Apesar da participação expressiva na produção total, ambos apresentam PIB per capita inferior à média regional, indicando menor geração de riqueza por habitante. Jucás (R\$ 12.801,05) e



Quixelô (R\$ 12.336,81), por outro lado, apresentam PIB per capita acima da média regional, enquanto Catarina (R\$ 7.724,19), Umari (R\$ 8.971,66) e Cariús (R\$ 9.678,31) registram os menores valores.

A distribuição do PIB evidencia, portanto, uma estrutura econômica espacialmente concentrada, com Iguatu como principal núcleo dinâmico e Icó e Acopiara em posição intermediária. Os demais municípios apresentam menor participação na produção regional e, em geral, estruturas produtivas menos diversificadas e maior dependência de atividades primárias e do setor público. Esse cenário revela assimetrias no desenvolvimento regional e reforça a importância de políticas voltadas à diversificação produtiva e ao fortalecimento das economias locais.

Em relação ao comércio exterior, os dados da Tabela 6 complementam essa análise ao evidenciar a inserção internacional e as especializações produtivas dos municípios. Embora os valores sejam reduzidos em comparação com regiões mais industrializadas, a presença de atividades exportadoras revela conexões com mercados externos e cadeias produtivas específicas, contribuindo para compreender as diferentes formas de inserção econômica dos municípios da Região Centro-Sul.

Tabela 6 – Exportações e importações

Região de Planejamento	Exportações (US\$ milhões FOB)	Importações (US\$ mil FOB)
Centro Sul	7,1	421,9
Acopiara		
Baixio		
Cariús		
Catarina		
Cedro		
Icó		
Iguatu	1,2	345,2
Ipaumirim		
Jucás	5,9	76,7
Orós		
Quixelô		
Saboeiro		
Umari		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), 2024. Elaboração própria.

Dessa forma, observa-se que o comércio exterior da Região Centro-Sul está fortemente concentrado em Iguatu e Jucás, reforçando a centralização econômica identificada nas análises de PIB e emprego formal. Iguatu apresenta US\$ 1,2 milhão em exportações e concentra a maior parte das importações regionais, com US\$ 345,2 mil, evidenciando maior articulação com o mercado internacional (MDIC, 2024). Suas exportações destinam-se principalmente a países da América Latina, tendo como principal produto os calçados com sola e parte superior de borracha, plástico ou couro natural, o que evidencia a especialização e a inserção da indústria calçadista em mercados externos (MDIC, 2024).

No fluxo de importações, Iguatu mantém relações principalmente com China, Turquia, Indonésia e Polônia, adquirindo partes de calçados, insumos industriais, tintas, máquinas e equipamentos. Esse perfil revela uma estrutura produtiva mais diversificada e integrada a cadeias de fornecimento internacionais, especialmente por meio da indústria calçadista (MDIC, 2024).

Jucás, por sua vez, destaca-se como o maior exportador da região, com US\$ 5,9 milhões em vendas externas, superando Iguatu. Suas exportações são direcionadas principalmente a países europeus, com predominância de carbonato de magnésio natural e derivados, cimentos,



argamassas e outros produtos minerais, indicando especialização na atividade mineral e na transformação de recursos naturais (MDIC, 2024). As importações, provenientes sobretudo de países europeus, concentram-se em máquinas, equipamentos e insumos destinados ao beneficiamento mineral, evidenciando a integração entre a atividade extrativa e o uso de tecnologias e bens de capital externos (MDIC, 2024).

Em síntese, embora a participação da Região Centro-Sul no comércio exterior estadual seja limitada, Iguatu e Jucás constituem importantes núcleos de inserção internacional, sustentados por especializações produtivas distintas: a indústria calçadista em Iguatu e a atividade mineral em Jucás. Essa concentração evidencia a existência de polos produtivos capazes de gerar renda e dinamizar a economia regional, mas também aponta para a necessidade de ampliar a diversificação produtiva e a competitividade dos demais municípios.

5 CONCLUSÕES

A análise da formação econômica dos municípios da Região de Planejamento Centro-Sul do Ceará evidencia que sua configuração socioeconômica resulta de um processo histórico marcado, inicialmente, pela pecuária e pela agricultura de subsistência e, posteriormente, pela cotonicultura e pela implantação de infraestruturas ferroviárias e hídricas. Esses elementos contribuíram para estruturar as atividades produtivas, a ocupação territorial e as atuais relações econômicas entre os municípios.

Os resultados também revelam significativa heterogeneidade intra-regional. Iguatu e Icó consolidaram-se como principais polos urbanos e econômicos, concentrando maior participação no PIB, empregos formais, comércio, serviços e atividades industriais. Nos municípios de menor porte, predominam estruturas produtivas menos diversificadas, maior dependência do setor público e atividades agropecuárias com elevada informalidade, evidenciando limitações à geração endógena de emprego e renda.

No campo social, apesar dos avanços no acesso à educação básica, persistem desafios relacionados ao desempenho escolar, especialmente no ensino médio, enquanto as diferenças nos indicadores de saúde revelam desigualdades na oferta e na resolutividade dos serviços. Em conjunto com a elevada participação do setor terciário e a reduzida formalização das atividades primárias, esses aspectos reforçam a existência de disparidades territoriais que limitam um desenvolvimento regional mais equilibrado.

Diante desse cenário, a Região Centro-Sul apresenta um padrão de desenvolvimento espacial e setorialmente concentrado, demandando políticas voltadas à diversificação produtiva, ao fortalecimento das atividades locais, à formalização do trabalho e à redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, a regionalização institucionalizada pelo IPECE constitui importante instrumento para orientar o planejamento e a alocação de investimentos públicos segundo as especificidades de cada território.

Por fim, o estudo contribui para o debate sobre a economia regional cearense ao articular a formação histórica dos municípios às suas condições socioeconômicas atuais. Os resultados reforçam a necessidade de estratégias territorialmente diferenciadas, capazes de promover maior integração regional e um desenvolvimento mais equilibrado, inclusivo e sustentável.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da concessão de bolsa de Iniciação Científica Júnior (Ensino Médio), e da Universidade Regional do Cariri (URCA), cujo suporte institucional e de infraestrutura foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.



REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, 2001.

BAIXIO. Prefeitura Municipal. **Histórico do Município de Baixo**. Baixo, 2024. Disponível em: <https://www.baixo.ce.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2025.

CABUGUEIRA, A. C. C. M. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local: análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 9, p. 103–136, 2000.

CARIÚS. Prefeitura Municipal. **Histórico do Município de Cariús**. 2024. Disponível em: <https://www.carius.ce.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2025.

CATARINA. Prefeitura Municipal. **Histórico do Município de Catarina**. Catarina, 2024. Disponível em: <https://www.catarina.ce.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2025.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 1, 2008.

CEARÁ (Estado). **Decreto nº 448, de 20 de dezembro de 1938**. Eleva o distrito à categoria de cidade com o nome Acopiara. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1938.

CEARÁ (Estado). **Lei Complementar nº 154, de 20 de outubro de 2015**. Dispõe sobre as Regiões de Planejamento do Estado do Ceará e dá outras providências. Fortaleza: Diário Oficial do Estado do Ceará, 2015.

CEARÁ (Estado). **Lei nº 1.153, de 22 de novembro de 1951**. Cria o município de Cariús e os distritos de São Sebastião, São Bartolomeu e Caipu. Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado, 1951.

CEARÁ (Estado). **Lei nº 1.875, de 23 de setembro de 1921**. Cria o distrito de Lages. Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado, 1921.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Saúde (SESA). **Indicadores de Saúde**. Fortaleza: SESA, 2024. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

CEDRO. Câmara Municipal. **História do Município de Cedro**. Reedição por Marcos Filho, Francisco Evanildo, George Ney e Joatan Viana. Cedro: Câmara Municipal, 2014. Disponível em: <https://www.cedro.ce.leg.br>. Acesso em: 30 out. 2025.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, E. J. M. da. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010. (IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará).

CUNHA, George. O algodão na economia da província do Ceará durante o século XIX: algumas considerações sobre a sua importância. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 22, v. 3, n. 47, 2020. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/6850>. Acesso em: 5 jul. 2026.



DUARTE, Vilmar Nogueira. **Desenvolvimento Equilibrado Versus Desenvolvimento Desequilibrado: Uma Breve Revisão das Principais Teorias**. 6º Ecaeco. Ponta Porã: Mato Grosso do Sul, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Baixio – CE. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Iguatu – CE. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: Ceará. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 16. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_16.pdf. Acesso em: 18 out. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

ICÓ. Prefeitura Municipal. **Histórico do Município de Icó**. Icó, 2024. Disponível em: <https://www.ico.ce.gov.br>. Acesso em: 29 out. 2025.

IGUATU. Prefeitura Municipal. **Nossa história**. Iguatu: Prefeitura Municipal de Iguatu, [s. d.]. Disponível em: <https://iguatu.ce.gov.br/nossa-historia>. Acesso em: 5 jul. 2026.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**, 2023. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 29 nov. 2025.

IPECEDATA. **Base de dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará**: indicadores municipais 2021. Fortaleza: IPECE, 2021. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

IPECEDATA. **Base de dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará**: indicadores municipais 2023. Fortaleza: IPECE, 2023. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

IPECEDATA. **Base de dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará**: indicadores municipais 2024. Fortaleza: IPECE, 2024. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Ceará**: regiões de planejamento. Fortaleza: IPECE, 2006.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **As regiões de planejamento do Estado do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2015. (Textos para Discussão, n. 111).



IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Atlas do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2021. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/atlas-do-ceara>. Acesso em: 23 out. 2025.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal 2023: municípios da Região de Planejamento Centro-Sul**. Fortaleza: IPECE, 2023. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

LIMA, Átila de Menezes. A geografia histórica de Iguatu-CE: uma análise da cultura algodoeira de 1920 a 1980. 2011. 213 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

LIMA, J. F. de. Desenvolvimento regional sustentável. **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 11, p. 132–143, 2021.

LOURENÇO, Gabriel Floriano. **Instituições regionais de desenvolvimento: análise do período 2003 a 2016**. 2022. 149 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

MATOS, F. de O.; GONÇALVES, T. E. Do planejamento ao desenvolvimento regional: notas sobre o conceito de região. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 37, n. 2, p. 13-28, 2019.

MDIC. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Comex Stat: estatísticas de comércio exterior**. Brasília: MDIC, 2024. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Base de dados referente ao ano-base 2024. Brasília: MTE, 2025. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

PEREIRA, Maiara Leonel. Valorização da agrobiodiversidade como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável: estudo exploratório na zona costeira centro-sul de Santa Catarina. 2013. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PIRES, M. de M. et al. **Economia urbana e regional: território, cidade e desenvolvimento**. Ilhéus, BA: Editus, 2018.

SANT'ANNA, Alessandra de; QUEIROZ NETO, Exzovildres; MARCHI, Jamur Johnas. Um ensaio sobre o desenvolvimento local desde a ativação social e a governança pública. *Interações*, Campo Grande, v. 21, n. 3, p. 597-613, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2379>.

SESA. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. Indicadores de saúde. Fortaleza: SESA, 2024. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2025.

SOUZA, S. de; LIMA, H. **História do Município de Iguatu**. Iguatu: Edição Independente, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA). **Trabalho de Habilitação em Regime Especial: História do Município de Cedro**. Cedro: UVA, 2003.